

---

## PRESSUPOSTOS PARA PENSAR UM CONSENSO MÍNIMO DE BOA CONVIVÊNCIA ENTRE AS PESSOAS

**Vinício Domingues Mendonça**

Engenheiro Mecânico - UFPR  
Especialização em Engenharia da Qualidade  
Engenheiro da Qualidade

### RESUMO

Trata-se neste artigo de uma ética desejável para uma boa convivência entre as pessoas que atenda a realidade atual, definida como violenta e personalista. Tem-se como objetivo delinear os fundamentos pertinentes para a construção de uma ética que permita uma boa coexistência entre os favorecidos e os excluídos da sociedade brasileira contemporânea. Tomou-se como lastro para a análise as idéias de David Harvey, expostas em **Condição Pós-Moderna**. Concluiu-se pela necessidade da reavaliação de alguns valores. Contudo, o essencial reside no respeito ao ser humano e ao que se relaciona a sua dignidade.

**Palavras-chave:** Ética de boa convivência. Individualismo. Violência. Favorecidos e excluídos. Sociedade justa.

### INTRODUÇÃO

Objetiva-se com este texto delinear os fundamentos pertinentes para a elaboração de uma ética que atenda a realidade contemporânea. Na década de oitenta, foram criadas as formas que moldaram a cultura do dinheiro. Taylor (1993, p. 18), referindo-se aos EEUU, relata que “havia tanto dinheiro a ser ganho que a sedução da riqueza sobrepujou as restrições convencionais. Como se fosse um campo magnético, ela alterou, literalmente, o comportamento.” Uma nova moral se instituía: “As pessoas destruíam obras de arte, traíam amigos, transgrediam leis”. Esta moral apoiava-se em uma nova lógica “se o dinheiro era algo bom, parecia óbvio que o comportamento necessário para acumulá-lo também o era”. Foram “os especuladores novos-ricos, financistas, empreendedores e líderes empresariais” que criaram “as formas que moldaram a cultura do dinheiro”. Esta cultura logo se estendeu pelos países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento.

Para Taylor:

As calamidades econômicas dos anos setenta destruíram a noção de convergência de classes. Em lugar da cooperação entre todos os setores da economia para produzir

---

uma melhoria que beneficiasse a todos, iniciou-se uma competição, a briga individual pela participação na riqueza nacional em retração. Os setores produtivos da sociedade começaram a sentir irritação, e não piedade, pelos setores improdutivos a quem seus impostos sustentavam.

O revigoração dos EEUU “provocou intensa celebração da riqueza, como uma virtude, como um bem em si mesmo”. Ao mesmo tempo, ocorria “uma extraordinária expansão do poder e de fortuna dos ricos”. Porém, diz Taylor, “até mesmo os pobres foram seduzidos pela cultura do dinheiro. Ao invés de se ressentirem contra os ricos, identificavam-se com eles, fantasiando a possibilidade de alcançar sua posição social. As loterias estatais aumentaram de maneira explosiva durante os anos oitenta”.

Taylor (1993, p. 31) lembra a teoria do analista financeiro Robert Prechter:

(... ) os ciclos da história nacional refletem a oscilação que se dá entre o humor otimista e o pessimista. Durante períodos otimistas, correspondentes, é claro, às altas dos mercados, as pessoas não dão importância às dificuldades dos menos afortunados (isso quando não lhes ignoram completamente a própria existência) e se concentram, por outro lado, em si mesmas e no aumento de sua produtividade, acumulando riquezas e perseguindo a auto-satisfação através do consumo.

Referindo-se a este espírito otimista diz:

(...) foi o responsável pela percepção das virtudes espirituais da riqueza, pelo culto ao poder e ao status, ao sucesso e à insensibilidade, pela farsa do contrato, pela criação de fortunas chocantes e novas hierarquias sociais e, finalmente, pela frivolidade e pela autoconfiança irremediável da década. Juntos todos esses fatores deram origem, nos anos oitenta, à cultura do dinheiro.

A época atual, fruto da cultura do dinheiro, é caracterizada como violenta e comodista. Os diversos meios de comunicação jornalística apresentam, cotidianamente, uma realidade social com alto teor de violência. Um comportamento de desconfiança e hostilidade caracteriza o desencontro das classes sociais de favorecidos e de excluídos.

A pobreza tem sido uma permanência na história social da humanidade. Não obstante, essa perenidade ao longo dos tempos revelam-se aspectos distintos das atitudes e dos sentimentos que ela provoca aos favorecidos em relação aos despossuídos.

Define-se pobreza em sua acepção usual como estado de carência. E toma-se de Mollat (1989, p. 5) a definição de pobre e de seu estado, uma definição ampla, que incluía todos os enjeitados, todos os deserdados, que não seja específica de época alguma, de região alguma:

O pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciências, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem.

Indaga-se neste artigo quais os fundamentos para a elaboração de uma ética de boa convivência pelos segmentos favorecidos e os excluídos da sociedade na qual eles se inscrevem. Incluem-se aqui sentimentos, atitudes e gestos destes segmentos na contemporaneidade brasileira.

A evolução do pensamento filosófico e o processo histórico evidenciam que as doutrinas éticas fundamentais surgem e se desenvolvem em diferentes épocas e sociedades, para responder as questões básicas resultantes das relações entre os homens, particularmente, pelo seu comportamento moral efetivo. Disto resulta a necessidade de se considerar tanto a ética como a história sob a ótica da mudança.

Verifica-se, pois, uma dupla relação entre ética e história. A primeira, com a vida social e, neste contexto, com as morais concretas; a outra, com sua própria história, dado que cada doutrina vincula-se com as que lhe antecederam, seja por oposição a elas ou por apropriação de alguns problemas e soluções precedentes, bem como com as doutrinas posteriores, neste caso, dando continuidade, ou nelas se abastecendo.

Objetiva-se levantar os pressupostos para a construção de um consenso mínimo de convivência entre as pessoas. Uma nova ética que se fundamente no desejo de uma sociedade mais justa e menos violenta.

## **EMERGÊNCIA DA VIOLÊNCIA E DA INSEGURANÇA NAS FORMAS DE CONVÍVIO**

Vivemos um momento em que podemos detectar certa mudança na maneira como os problemas da vida urbana são tratados nos círculos acadêmicos e populares. Há, de um lado, uma tese de que a cidade está sendo vitimada por um sistema racionalizado e automatizado de produção e consumo de massa de bens materiais. Em oposição a esta idéia, apresenta-se a de que se trata principalmente da produção de signos e imagens. De fato, ocorre um

---

individualismo e um empreendedorismo disseminados em que as marcas da distinção social são conferidas pelas posses e pela aparência.

A classe privilegiada parece viver num teatro, exibindo-se em palcos ou nas telas de TV, representando uma multiplicidade de papéis. É a época das “celebridades”, dos craques do esporte, dos expoentes dos meios de comunicação, das *top models*. Ao mesmo tempo, este segmento social isola-se atrás de grades e altos muros, tudo monitorado por circuitos de TV e sistema de alarme. De outro lado, vê-se crescer a sub-urbanização, aí estão os despossuídos, vivendo em barracos, à margem da sociedade, invadindo as áreas nobres. As classes médias cerram-se nos espaços fechados e protegidos dos shoppings e átrios. Entretanto, nada é feito para a classe pobre, a não ser, afastá-la para regiões insalubres. Têm-se como sinais mais reconhecidos da dinâmica urbana a destruição, a demolição, a expropriação e as rápidas mudanças de uso como efeito da especulação e da obsolescência.

Em julho de 2006, a Folha de S. Paulo publicava “A *financeirização* da riqueza”, indicando que a Renda financeira do rico subira 66% e a do trabalhador, 19%. Literalmente, “os 10% mais ricos do país e que têm dinheiro aplicado a juros obtiveram um rendimento médio financeiro real (...) de 65,8 entre 1991 e 2004. Já os 20% mais pobres que vivem da renda do trabalho”.

A luta para manter a lucratividade leva os capitalistas a explorarem todo o tipo de novas possibilidades. Novas linhas de produtos são criadas, resultando em novos desejos e necessidades. Os capitalistas criam então novas necessidades nos outros, enfatizando o cultivo de apetites imaginários, da fantasia, do capricho e do impulso.

É significativo para estas considerações o texto de Harvey (2006, p. 77), ele chama atenção para duas importantes mudanças tecnológicas da arquitetura pós-moderna:

As comunicações contemporâneas derrubaram as fronteiras usuais de espaço e do tempo e as novas tecnologias de comunicação e de transporte dissolveram a necessidade de conjugar a produção em massa com a repetição em massa, permitindo a produção em massa de produtos quase personalizados que exprimem uma grande variedade de estilo.

Harvey cita Marshall Berman, que equipara a modernidade (entre outras coisas) e uma certa maneira de experimentar o espaço e o tempo. Refere-se também a Daniel Bell quando afirma “que os vários movimentos que levaram o modernismo ao apogeu tiveram de elaborar uma nova lógica na concepção do espaço e do movimento.” Menciona, ainda Frederic Jameson que “atribui à mudança pós-moderna a uma crise de nossa experiência do espaço e

do tempo, crise na qual categorias espaciais vêm a dominar as temporais, ao mesmo tempo em que sofrem uma mutação de tal ordem que não conseguimos acompanhar”.

Duas significativas mudanças tecnológicas da arquitetura pós-moderna são lembradas por Harvey (2006, p. 188):

As comunicações contemporâneas derrubaram as fronteiras usuais de espaço e do tempo e as novas tecnologias de comunicação e de transporte dissolveram a necessidade de conjugar a produção em massa com a repetição em massa, permitindo a produção em massa de produtos quase personalizados que exprimem uma grande variedade de estilo.

Este autor afirma que “o espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana. E, no entanto, raramente discutimos o seu sentido; tendemos a tê-los por certos e lhes damos atribuições do senso comum auto-evidentes”. Em relação ao espaço, diz:

(...) também é considerado como fato da natureza, ‘naturalizado’ através da atribuição de sentidos cotidianos comuns (...) Sob certos aspectos mais complexos que o tempo – em direção, área forma, padrão e volume com principais atributos, bem como distância -, o espaço é tratado tipicamente como um atributo objetivo das coisas que pode ser medido e, portanto apreendido.” (...) Também descobrimos que sociedades e subgrupos possuem concepções de espaço diferentes.

A cidade, entretanto, diz Harvey, “é um lugar demasiado complexo para ser disciplinada. Ela é o lugar em que o fato simplesmente tende se fundir. Atrás de tudo isso existe a ameaça da violência inexplicável, a companhia inevitável da onipresente tendência à dissolução da vida social”.

Com efeito, ocorreram grandes mudanças nas qualidades da vida urbana, a partir de mais ou menos 1970. Há algumas profundas conseqüências do fato de a vida estar permeada pelo sentido do fugidio, do efêmero, do fragmentário e do contingente. A cultura da sociedade capitalista avançada sofreu uma profunda mudança na estrutura do sentimento. Há uma notável mudança na sensibilidade, nas práticas e nos discursos que se distingue do de um período precedente.

Essa “fragmentação produzida” existe num contexto com tecnologias de comunicação e de transporte capazes de lidar com a interação social no espaço de maneira bastante diferenciada. Deste modo, a arquitetura e o projeto urbano encontraram-se frente a “oportunidades novas e mais amplas de diversificar a forma espacial do que ocorrera no período pós-guerra imediato, formas urbanas dispersas, descentralizadas e desconcentradas são hoje muito mais factíveis tecnologicamente do que antes”. (HARVEY, 2006, p. 188)

---

Harvey também considera que:

... as novas tecnologias (particularmente os modelos computadorizados) dissolveram a necessidade de conjugar a produção em massa com a repetição em massa, permitindo a produção em massa flexível de produtos quase personalizados que exprimem uma grande variedade de estilos.

De maneira semelhante, lembra que “toda uma nova gama de materiais de construção alguns dos quais permitindo a imitação, quase exata de estilos bem mais antigos (vigas de carvalho a tijolos climatizados), pode hoje ser adquirido a preços bem mais baixos”. (HARVEY, 2006, p. 188)

Destas considerações infere que

... o Arquiteto e o projetista urbano pós-moderno podem, em consequência, aceitar com facilidade o desafio de se comunicar com grupos distintos de clientes de maneira personalizada, ao mesmo tempo que talham produtos para diferentes situações, funções e culturas de gosto.

Eles estão, ainda de acordo com Harvey, preocupados com “marcas de status, com a história, o comércio, o conforto, o domínio ético, sinais que indiquem familiaridade” e “dispostos a aceitar todos os gostos (...) gostos que os modernistas tendiam a considerar comuns e banais”.

É possível, assim, considerar que “em princípio, a arquitetura pós-moderna é anti-vanguardista (não deseja impor soluções, ao contrário de tendência passada e presente dos altos modernistas dos planejadores burocráticos e dos empreendedores autoritários. (HARVEY, 2006, p. 78)

Contudo, uma simples virada para o populismo não é suficiente para atender às necessidades de todos os segmentos da sociedade. É estranho o fato de que

... os rompimentos do populismo arquitetônico sejam a favor da democracia e da liberdade, mas caracteristicamente, não se disponham a especular sobre os conflitos necessários entre a democracia e a lei; sobre as colisões necessárias entre a liberdade e a justiça. (HARVEY, 2006, p. 78)

Do que ficou exposto, possibilita inferir-se que “ao se renderem a uma entidade abstrata chamada ‘povo’, os populistas não conseguem reconhecer a multiplicidade que é o povo, nem em consequência, com seus componentes que precisam de proteção uns dos outros”. (HARVEY, 2006, p. 78)

Deste modo, ocorreu que:

... os problemas das minorias e dos desprivilegiados ou diversos elementos contraculturais (...) foram jogados para debaixo do tapete até que se pudesse conceber algum sistema bem democrático e igualitário de planejamento baseado na comunidade que atenda as necessidades dos ricos e dos pobres. (HARVEY, 2006, p. 78)

Entretanto, alega Harvey (2006, p. 78), “isso pressupõe uma série de comunidades urbanas bem formadas e coesas como ponto de partida num mundo urbano que está sempre em fluxo e transição”.

De Harvey (2006, p. 103) recolhe-se ainda esta contribuição:

A luta pela manutenção da lucratividade apressa os capitalistas a explorarem todo tipo de novas possibilidades. São abertas novas linhas de produto, o que significa a criação de novos desejos e necessidades. Os capitalistas são obrigados a redobrar seus esforços para criar novas necessidades nos outros, enfatizando o cultivo de apetites imaginários e o papel da fantasia, do capricho e do impulso. O resultado é exacerbação da insegurança e da instabilidade, na medida em que massas de capital e de trabalho vão sendo transferidos entre linhas de produção deixando setores inteiros devastados, enquanto o fluxo perpétuo de desejo, gosto e necessidades do consumidor se torna um foco permanente de incerteza e de luta.

Nesta linha de raciocínio, Mendonça de Barros (Folha de S. Paulo, 17.08.2007) menciona ambição e medo para referir-se aos dois sentimentos humanos que comandam os mercados financeiros. Em suas palavras:

A ambição por ganhos crescentes se desenvolve em períodos prolongados de otimismo e baixa volatilidade, levando o mercado a tomar posições mais arriscadas no pressuposto de que tudo vai continuar cor-de-rosa. Nessa fase, as inovações financeiras levam instituições e investidores a um aumento da complacência na busca de ganhos sempre maiores.

Em continuidade de sua análise, afirma que é nesses momentos de irracionalidade que ocorrem atos inesperados e que interrompem o jogo de faz-de-conta. Considera que hoje, “todos esses fantasmas voltam a povoar o imaginário de muitos analistas das questões financeiras e econômicas”. A fase de euforia dos últimos quatro anos, criada pelo mercado acionário em alta e pelo abandono de critérios racionais na concessão de crédito em todo o mundo, está sendo rapidamente substituída pelo medo e pela insegurança, que também podem chegar à irracionalidade.

Referindo-se ao Brasil, considera que:

A rapidez e a intensidade desses movimentos desorganizaram parcelas importantes do mercado, atingindo também os créditos de países emergentes, como o Brasil, e o

---

acesso a financiamento de curto prazo para bancos e empresas nos Estados Unidos e na Europa.

Ao término da década de oitenta, a cultura do dinheiro já estava arraigada na sociedade norte-americana e se expandia em outros continentes. E, como diz Taylor (1993, p. 251):

... a filosofia da criação de riqueza encorajava cada um a buscar sua própria fortuna deixando que os outros se lixassem. É claro que aqueles que não podiam fazê-lo sofreram proporcionalmente. A miséria cada vez maior dos pobres, a crescente escassez de moradia e o aumento geral da frustração e da desilusão que ajudaram a espalhar a praga do crack são todos eles, resultados irônicos da cultura do dinheiro.

Pode-se dizer que a cultura do dinheiro, inaugurada nos anos oitenta, foi além de apenas dilatar a distância entre ricos e pobres. A idéia de que “o dinheiro tem um valor espiritual intrínseco, ajudou a fazer da riqueza a medida de todas as coisas”. Deste modo, porque “o dinheiro era um indicador direto de status, a situação líquida tornou-se para muitas pessoas, algo inseparável da própria dignidade” (TAYLOR, 1993, p. 254).

No final da década de noventa, a economia internacional mostrava grandes dificuldades. A crise espalhava-se por todo o mundo. O Brasil estava à beira da depressão. “O valor das ações parece ter perdido toda e qualquer relação com os lucros esperados pelas empresas. As dívidas relativas a pessoas físicas e a empresas, bem como a financeira atingiram níveis recordes, possibilitando uma explosão histórica do consumo”. (BRENNER 2001, p. 208)

Em meados da década de 90 o setor empresarial norte-americano estava em situação bem melhor que no início dos anos oitenta. Ocorreu o reflorescimento da produtividade do setor de fabricação. Brenner (2001, p. 234) chama a atenção para o fato de que:

Nesse meio tempo os cidadãos comuns lançaram-se à sua própria farra. (...) A fim de atender à espantosa demanda de crédito por particulares e empresas, para fazer frente ao crescente consumo bem como à aquisição de ações, as instituições financeiras viram-se na contingência de aumentar seu próprio nível de endividamento.

Ocorreu, então, a escalada do consumo, “uma explosão por meio da redução recorde da poupança e de aumento, sem precedentes do endividamento privado que passou a impulsionar a expansão econômica americana”. (BRENNER, 2001, p. 243)

Reproduz-se aqui observação de Jameson (2001:143), pertinente para esta análise:

Uma outra dimensão da globalização econômica, a da chamada “cultura do consumo” – desenvolvida inicialmente nos Estados Unidos e em outros países do Primeiro Mundo, mas agora difundida por todo o globo - traz-nos por fim, à esfera social. Essa expressão foi usada (...) para descrever um modo de vida específico que resultou da produção de bens de consumo do capitalismo avançado e que ameaça extinguir formas alternativas de vida em outras culturas...

Dando seqüência a sua análise, indaga se a cultura do consumo aponta para o fim de tudo a que até agora compreendemos como sendo o campo social:

Aqui a questão conecta-se a denúncias mais antigas de individualismo e de atomização da sociedade corroendo os grupos sociais tradicionais. (...) a sociedade moderna impessoal solapando antigas formas ‘orgânicas’ de associação, como grupos familiares, clãs e comunidades de aldeias. Discute-se, então, o consumismo como um fenômeno que individualiza e atomiza as relações, esgarçando o tecido social em sua vida cotidiana. (...) A crítica que se faz ao consumo de bens segue a mesma lógica da crítica tradicional à própria moeda – na qual o ouro é visto como o elemento que mais corrói os laços sociais.

O designer Tom Dixon em uma crítica à sociedade do consumo, especificamente referindo-se aos seus colegas de profissão, diz: “Eu acho que muita gente da nova geração está hipnotizada pelo consumismo exagerado e pelo design ‘heróico’”. (Folha de S. Paulo, 21.08.2007, E1)

Deste modo, primeiro a cultura do dinheiro e a seguir a do consumo marcaram a sociedade brasileira aprofundando as diferenças entre os segmentos dos privilegiados e dos excluídos. A ambição, o individualismo, a indiferença, o preconceito, a violência, o medo e a insegurança cunharam nossa sociedade.

## **PRESSUPOSTOS PARA UM CONSENSO MÍNIMO DE BOA CONVIVÊNCIA ENTRE AS CLASSES DOS FAVORECIDOS E DOS EXCLUÍDOS**

As contribuições recolhidas servem de lastro para a construção dos pressupostos de um consenso mínimo de boa convivência entre as pessoas.

Em primeiro plano, vê-se a necessidade de uma mudança de foco para perceber o mundo, a sociedade, a vida. É preciso alterar alguns valores, algumas imagens. Assim, o transitório, o descartável, o desnecessário precisaria o útil. O espaço e o tempo, como se mostrou, carecem de uma redimensão; nossas sociedades necessitam reavaliar as relações entre estes dois vetores. Assim como o efêmero, o transitório e o descartável precisam ser reavaliados.

---

Contudo, o que parece ser essencial é considerar o individualismo, crescente em nossas sociedades. Perdeu-se o espírito de coletividade, de comunidade. Os condomínios verticais, de modo geral, levam à construção de barreiras entre as pessoas. Seja entre iguais, manifestando-se no encontro diário no elevador, em que, muitas vezes, não ocorre nem um cumprimento. Outras ocorrências da falta de urbanidade mostram-se na expressão facial, ao encontrar algum condômino com sacolas ou um cachorrinho, ou pela recusa de entrar no elevador. Seja entre os desiguais, recusando-se aos empregados domésticos, o uso do elevador social, mesmo na ocorrência de problema no elevador de serviço.

Nas grandes cidades, a vizinhança é conceito esquecido e comportamento cada vez mais raro. As pessoas não têm certezas, nem segurança. A desconfiança e a apreensão são marcas dos tempos presente

A transitoriedade, o fugidio, o fragmentário, o descontínuo constituem a base material da vida contemporânea. Estão presentes tensões entre nacionalismo e internacionalismo, globalismo e etnocentrismo paroquial, universalismo e privilégios de classe.

Nas duas últimas décadas, a sociedade capitalista progressista passou por mudanças intensas na estrutura do sentimento. Há uma celebração da instantaneidade, do espetáculo, de imagens de mídia. A proliferação do uso da televisão exerce um papel modelador. E, mais uma vez, citando Harvey (2006, p. 63-64):

Apontar a potência dessa força na moldagem da cultura como modo total de vida não é, no entanto, cair necessariamente num determinismo tecnológico simplista (...) Porque a televisão é ela mesma um produto do capitalismo avançado e, como tal, tem de ser vista no contexto da promoção de uma cultura do consumismo. Isso dirige a nossa atenção para a produção de necessidades e desejos, para a mobilização do desejo e da fantasia, para a política da distração como parte do impulso para manter nos mercados de consumo uma demanda capaz de conservar a lucratividade da produção capitalista.

As considerações supra permitem esboçar alguns pressupostos para pensar um consenso mínimo de boa convivência entre as pessoas.

Partindo do mais próximo, vê-se a necessidade da recuperação de algo em referência ao comportamento de vizinhança. Seria desejável o retorno a um convívio caracterizado como urbanidade.

Há necessidade de se conquistar a confiança no Estado, na Lei, na ordem, no outro. É indispensável que haja respeito com o ser humano e a tudo que se relaciona a sua dignidade. Observa-se, no Brasil, como característica nos indivíduos, uma certa aversão pelas regras. E,

como diz Harvey (2006), “apenas uma linha muito tênue separa a simples aversão do desacato às regras”. As pessoas perceberam que o êxito e a segurança econômica não estão na dependência do trabalho austero e economia, mas de crises inflacionárias sobre as quais não têm controle algum.

É fundamental que se entre no campo da ética, uma ética argumentativa, com uma estrutura de normas e valores que conceda prerrogativas ao entendimento mútuo e envolva valores como a liberdade e a igualdade de todos os membros da sociedade.

A esta altura da análise torna-se indispensável considerar características marcantes da sociedade brasileira contemporânea. É interessante para este propósito a entrevista do presidente da AME dos Jardins (Associação dos Moradores dos Jardins Europa, América, Paulista e Paulistano), Fabio Saboya, ao jornal, Folha de S. Paulo (05.07.2007, p.C12). Relata Saboya que “apoiado no aumento real da criminalidade na região, propõe uma série de medidas de segurança para proteger o entorno”. Neste sentido, uma comissão, a convite da AME, debruçou-se “sobre o bairro dos sonhos” dois resultados foram apresentados.

Para Saboya, a “praga de condomínios fechados é o que destrutura as nossas cidades. O que aconteceu na Barra da Tijuca, aqueles playboys que espancaram aquela moça, á fruto de uma segregação histórica. Ao isolar-se em um bairro, você estimula a falta de convivência, logo o confronto. É isso que está acontecendo nos Jardins. Um dos projetos é o Edifício-guarita, projetado para abrigar seguranças, guardas e porteiros. Possui, entre outras características, vidros à prova de bala e sistema de TV em circuito fechado. São 20 canais com programação variada em preto e branco, mostrando sempre corredores, elevadores, ‘halls’ e demais áreas comuns.”

O empresário Saboya pretende pôr em prática um ambicioso plano de segurança nos bairros que a entidade representa. Ele explica “que a idéia não é criar uma barreira de proteção. ‘Queremos é derrubar os muros das casas e criar uma convivência pacífica para que os moradores possam voltar a passear’. (...) O empresário nega que haja qualquer intenção segregacionista por parte da entidade de bairro”.

Pelo exposto, é possível deduzir-se que a convivência nos Jardins está restrita aos seus moradores, não modificando a relação destes com os não-moradores. Neste caso, estes projetos não alteram em nada a coexistência entre os segmentos favorecidos e os excluídos da sociedade.

---

Outra característica marcante da sociedade brasileira contemporânea refere-se à política governamental, em todos os seus níveis. O artigo “Crime e corrupção”, do desembargador Regis Fernandes de Oliveira (Folha de S. Paulo, 25.07.07, A3) já em seu primeiro parágrafo, sintetiza com clareza a face da sociedade em que vivemos: “As duas palavras estão intimamente ligadas. O crime é a porta aberta para a corrupção, sendo esta um dos crimes. A ligação fica mais próxima quando se trata do agente público que o comete”.

Oliveira põe em relevo “que o crime não é só uma disfunção social, É produto e resultado da má execução de políticas públicas. (...) O Estado é o grande responsável pela situação em que se encontra o país e suas maiores cidades”.

Cita-se a seguir, o que Oliveira enumera como causas da situação caótica em que se encontra o país:

Irresponsabilidade, perda do conteúdo familiar, insensibilidade do governante, ausência de paradigmas, falta de religiosidade e, o último e mais importante, a frustração do amor. É o filho que não sente o amor dos pais, abandonado por estes e vivendo vida marginal. É a escola que não substitui as atenções dos pais e se encontra em seus piores momentos de deterioração.

Considera que não existe uma causa, mas várias: “É a ausência de um complexo de ações que recebe o nome de políticas públicas. A sentida ausência do Estado e o desamparo familiar conduzem o jovem a perder os valores sociais”. Os paradigmas eram, anteriormente, pessoas em posições elevadas, com responsabilidades pessoal e pública. Na atualidade, “as referências são o PCC, os políticos mal-intencionados que assaltam os cofres públicos, as traições sem fim, o destempero verbal, os padres pedófilos, as autoridades envolvidas em todo o tipo de crime, etc. Tudo leva à perda do exemplo. As palavras dos pais responsáveis e dos professores dedicados caem ao vento”.

É imprescindível citar, mais uma vez, Oliveira, pela síntese que oferece em seu texto: “O periférico agride a sociedade em que vive por não ser respeitado. O central impede que o outro possa dignificar sua vida”.

Faz-se necessário, pela sua relevância, citar arrazoado de Saulo Ramos (Folha de S. Paulo, 20.08.2007, A16):

A sociedade brasileira está dividida em grandes fatias; uma de consciência patriótica e cultural, que trabalha, raciocina e produz, outras de pobreza enorme, população sem instrução e sem recursos, que se contenta com o Bolsa Família ou qualquer tipo de ajuda pessoal, sem reivindicar seus verdadeiros direitos sociais, como o emprego pelo desenvolvimento e não pelo favor e pelo voto eleitoral. Sobre tudo isso pairam os políticos de espantosa mediocridade, excluídas as exceções ca vez em menor

número. A frustração maior da sociedade consciente é com a impunidade da corrupção nas atividades públicas, que se tornou, nos últimos tempos, uma acintosa agressão aos sentimentos éticos do brasileiro.

Após esta exposição Saulo Ramos conclui:

Desta imoralidade alastrada e deste exemplo derivam as violências das ruas, as negociatas nas empresas, as especulações aventureiras nos mercados, a degradação dos comportamentos, desde a derrubada da floresta amazônica até o tráfico de drogas.

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite sintetizar as marcas da sociedade brasileira contemporânea como violenta, preconceituosa, individualista, consumista e corrupta. A elite brasileira mostra não ter mais condições de apresentar um projeto nacional para a sociedade brasileira, e quando isto ocorre, a elite está abdicando de seu papel.

A impunidade no Brasil desacredita todas as instituições republicanas e põe em risco a própria democracia. As crises políticas brasileiras, os escândalos de corrupção e muito dos problemas sociais, incluindo aqui a violência, tem o poder econômico como um componente impenetrável. E o que se verifica em nossa sociedade é a concentração de poder. Verifica-se, então, como efeito dessa política de incentivo ao poder, que as relações de força e dominação, em lugar de relações jurídicas, fundadas na moral e na ética, passem a impor os relacionamentos econômicos e sociais.

O que transparece em nossa história mais próxima nas esferas política e social sugere que as relações de dominação não se restringem ao campo econômico. Elas estendem sua lógica pelo campo político, substituindo as práticas éticas pela lógica de interesses e, pelo campo social, a violência substitui o direito como forma de organização.

A violência e a impunidade têm produzido fenômenos execráveis tais como: o extermínio de grupos étnicos e pobres; destruição da sensibilidade afetiva e intelectual do ser humano, como consequência de uma vida desprovida de sentido e de criatividade.

Reafirma-se a urgência do retorno a um convívio caracterizado como urbanidade, da recuperação da confiança no Estado, na Lei, na Ordem, no Outro, no respeito à dignidade humana. Há necessidade imediata da construção de uma ética argumentativa estruturada em normas e valores que privilegie o entendimento mútuo e com abrangência para os valores da liberdade e da igualdade de todos os componentes da sociedade.

Impõe-se citar José Saramago (Folha de S. Paulo 18.11.1997, Ilustrada 4, p.9) referindo-se ao mundo, mas que bem se apropria à sociedade brasileira contemporânea:

---

<sup>162</sup> Conhecimento Interativo, São José dos Pinhais, PR, v. 3, n. 2, p. 150-164, jul./dez. 2007

---

Mudar o mundo é mudar as relações humanas. Há um processo de consciência das pessoas que foi interrompido por esta espécie de febre que transformou aquele a quem chamávamos antes de cidadão em consumidor.

Fizeram de nós consumidores. Transformaram-nos em clientes. E valem como consumidores e clientes, para aqueles que efetivamente nos governam, que são o poder financeiro e o econômico. O poder político governa muito pouco. Para o poder real, que é esse tal poder econômico, não há eleições democraticamente. A democracia só vai até certo ponto.

Se é o poder econômico que domina as relações humanas, tem-se que para modificar a ética da sociedade brasileira, necessitam-se de pressupostos embasados em valores sociais de boa convivência, calcados no respeito ao outro.

## CONCLUSÃO

Conclui-se pela necessidade de uma mudança de foco para perceber o mundo, a sociedade, a vida contemporânea. Faz-se indispensável reavaliar alguns valores e algumas práticas. Entretanto, o essencial é considerar o individualismo, a corrupção e a impunidade, a violência e a insegurança da sociedade brasileira contemporânea. O respeito ao ser humano e ao que se relaciona a sua dignidade mostra-se como o requisito essencial para a construção de uma sociedade mais justa.

Todos nós, brasileiros, estamos comprometidos em construir uma sociedade harmônica, por meio das nossas ações, nosso consumo, nossa conduta, nossos sentimentos e nosso empenho.

## REFERÊNCIAS

BRENNER, ROBERT. O boom e a bolha. In. Sader, Emir. Org. **Contra Corrente**. Rio de Janeiro: Record, 2001

FOLHA DE S. PAULO 18.11.1997; 9.07.2007; 25.7.2007; 15.8.2007; 17.8.2007; 19.8.2007; 20.8.2007.

HARVEY, David. Reinventando a Geografia. In. SADER, Emir. **Contra Corrente**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2006.

JAMESON, Frederic. Globalização e estratégia política. In. SADER, Emir. **Contra Corrente**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- MULLER, Robert. **O Nascimento de Uma Civilização Global**. São Paulo: Aquariana, 1993.
- ROSENFELD, Denis. **A ética na política**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SADER, Emir (org.). **Contra Corrente**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- TAYLOR, John. **O Circo da Ambição**. São Paulo: Página Aberta, 1993.